



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Empreendimento Urbanístico Boa Vista Estates”, de responsabilidade de Polonia Incorporações Ltda., Processo e-ambiente CETESB.065735/2022-08.

Realizou-se no dia 1º de junho de 2023, às 17 horas, no Porto Feliz Tennis Clube, na Rua Santa Cruz, 792 – Jd. Bela Vista - Porto Feliz / SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “**Empreendimento Urbanístico Boa Vista Estates**”, de responsabilidade de Polonia Incorporações Ltda., Processo e-ambiente CETESB.065735/2022-08. Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, este informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos a representante do órgão responsável pelo licenciamento, **Maria Cristina Poletto**, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb. Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da audiência, pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, com os esclarecimentos pela representante da Cetesb, **Maria Cristina Poletto**, sobre o processo objeto da Audiência Pública, passando-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a fala de **Patrícia Gdikian**, representante da Polonia Incorporações Ltda., seguida por **Décio Freire**, da DFreire Consultoria Ambiental e **Beatriz Codas**, da Geasa Engenharia, que efetuaram a apresentação do projeto e do estudo técnico em discussão. Finalizada as exposições, e não havendo inscritos para fazer o uso da palavra, a representante da Cetesb, **Maria Cristina Poletto** fez suas considerações finais. Após constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** reiterou que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo regimental de 05 (cinco) dias úteis, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, para o e-mail consema@sp.gov.br. Por fim, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da presente audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das falas. Eu, **Anselmo Guimarães de Oliveira**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
EIA/RIMA LOTEAMENTO URBANÍSTICO BOA VISTA ESTATES

01/06/2023

PARTICIPANTES

Mediador – Anselmo Guimarães - CONSEMA

Mediador – Cristina Poletto – CETESB

Patrícia Gdikian – JHFS

Décio Freire – DFreire Consultoria Ambiental

Beatriz Codas – Geasa Consultoria

TEMPO DE GRAVAÇÃO

51:36 minutos

LEGENDA

... micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) comentários da transcrição.

(ÍNICIO)

Anselmo Guimarães: Sejam todos bem-vindos e bem-vindas. Meu nome é Anselmo Guimarães sou o Secretário Executivo do CONSEMA, que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e em nome da Presidente do CONSEMA, a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Doutora Natália Rezende, eu declaro abertos

os trabalhos da presente audiência pública. Gostaria de cumprimentar aqui de maneira especial o vereador João Augusto Fávero, do município de Porto Feliz. Também o secretário de planejamento urbano e habitação, Homero Andrade Antunes, e o secretário de agricultura e meio ambiente, Fernando César de Oliveira. Agradeço pela participação de todos. Agradecemos também pela acolhida dos cidadãos e cidadãs aqui do município de Porto Feliz. Novamente, estamos aqui de volta para tratar de uma audiência pública que hoje vai versar sobre o estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto ao meio ambiente do empreendimento urbanístico Boa Vista Estates, de responsabilidade da Polonia Incorporações Ltda. A mesa diretora dos trabalhos, ela é composta pelo secretário executivo do CONSEMA e também por um representante do órgão responsável pelo licenciamento. Do projeto em questão hoje está aqui comigo. Maria Cristina Poletto, representando a companhia ambiental do estado de São Paulo, a CETESB. Muito boa tarde, Poletto. Gostaria de falar um pouco sobre o CONSEMA. O CONSEMA é o principal órgão consultivo normativo e recursal integrante da do sistema ambiental Paulista. Suas atribuições estão inseridas na própria Constituição do estado de São Paulo. O CONSEMA possui como principais atribuições estabelecer normas relativas a avaliação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental, também avaliar políticas públicas ambientais de relevante interesse a sociedade Paulista, apreciar processos de licenciamento sujeitos a EIA/RIMA e se manifestar sobre instituição de unidades de conservação, zoneamento e planos de manejo e também fazer a condução de audiências públicas que vão debater assuntos de interesse da sociedade paulista na agenda de meio ambiente. A legislação que rege a condução das audiências públicas tem previsão na própria política estadual do meio ambiente. A lei estadual número 9.509 de 97. Também a lei de funcionamento do CONSEMA, que é lei estadual número 13.507 de 2009, e o regimento detalhado que nós vamos passar daqui a alguns instantes a apresentar para vocês é a deliberação normativa CONSEMA número 1 de 2011. As audiências públicas convocadas e conduzidas pelo CONSEMA possui como principais objetivos, principalmente, como definição, serem eventos abertos públicos, onde são apresentados os aspectos ambientais do projeto ou da proposta a todos e a todas. Possui como objetivo dirimir dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre processos de licenciamento ambiental, sujeitos a EIA/RIMA, criação ou alteração de unidades de conservação. Zoneamento ecológico econômico e outras questões de interesse ambiental na forma da lei. O edital de convocação da presente audiência pública foi divulgado inicialmente no diário oficial do estado de São Paulo e, na sequência, é feita a divulgação na mídia pelos representantes do empreendedor. Eu, como secretário executivo do CONSEMA, tenho a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a fala de todos os interessados de forma neutra e também organizada. Os trabalhos serão registrados em áudio e vídeo, além dos registros por escrito, que conterão data, hora e local da audiência pública e a fala dos participantes. O CONSEMA definiu

através da deliberação normativa 1 de 2011, que as audiências se desenvolvam em 3 momentos. O primeiro momento é a apresentação dos estudos. Na sequência, a participação dos interessados inscritos e, na sequência, as respostas e comentários por aqueles que fizeram a exposição inicial do empreendimento. As inscrições vão se encerrar às 18:10. Ou seja, 60 minutos após a abertura dos trabalhos e as falas serão feitas no tempo e na ordem de inscrição. Conforme o segmento de representação, sendo que cada um dos inscritos terá direito a uma manifestação. Então a primeira parte, que são as exposições do estudo, terá lugar inicialmente por 15 minutos. A exposição sobre a proposta pelo representante do empreendedor. Na sequência, a exposição pela equipe responsável pelo estudo técnico, que terá 30 minutos para fazer a sua fala. A segunda parte, que é a parte central, que a participação do plenário inicia-se com um representante do Ministério público que terá 5 minutos pra fazer a sua fala. Na sequência, representantes de entidades da sociedade civil, cada um por 5 minutos, depois pessoas físicas que não estão aqui representando alguma entidade específica, ou seja, falam por si só. Então, elas terão 3 minutos cada um. Na sequência serão os representantes de órgãos ou entidades públicos, membros de conselhos de meio ambiente. E isso encerra com a fala dos parlamentares e de representantes do poder executivo. Cada um desses segmentos, 5 minutos. A terceira parte, retornam as respostas e comentários, então nós vamos convidar novamente o representante do empreendedor e também o representante do da equipe responsável pela elaboração do estudo técnico. Cada um terá 15 minutos para ofertar aqui esclarecimentos, responder aquilo que for possível já neste momento que seja esclarecido aos interessados e interessadas, havendo conselheiros do CONSEMA presentes, eles comporiam conosco que a mesa diretora dos trabalhos, teriam 10 minutos para os seus comentários e se encerra com os comentários finais da CETESB. Outras considerações por escrito podem ser encaminhadas no prazo de até 5 dias úteis após o término da audiência pública para esse endereço que está na tela. Que é consema@sp.gov.br. Então, repetindo, é consema@sp.gov.br. Gostaria agora de convidar para fazer a sua manifestação inicial, aqui é Maria Cristina Poletto, representando a CETESB neste momento. Boa tarde, Cristina Poletto, palavra sua.

Cristina Poletto: Boa tarde a todos, eu estou representando a CETESB, a equipe técnica que avalia o EIA/RIMA. É o EIA/RIMA é entregue para avaliação da viabilidade do empreendimento para discutir questões de tráfego, de demanda de água, supressão de vegetação, é todos os impactos associados ao empreendimento e as medidas mitigadoras apresentadas. Então a gente analisa O estudo é, muitas vezes pede alguma informação complementar. E, quando é o caso, também algumas adequações de projeto. Essa fase é de análise até a emissão a conclusão pela viabilidade ou não do empreendimento e emissão de licença prévia é a audiência pública faz parte dessa análise preliminar, então o objetivo é coletar informações também de uma participação da população e

poder é acrescentar coisas, discutir coisas que por vezes não aparece tão claro no estudo. A audiência tem esse intuito de contribuir com a participação da população de forma geral. Então nós estamos nessa fase, é que ainda estamos analisando, vendo as adequações necessárias. A gente conta com vários setores dentro da CETESB que fazem uma análise específica de projetos, não é? A adequação no sistema de tratamento de efluentes, adequação de sistema de drenagem, algumas questões específicas ou, se houver área contaminada, tem um setor específico que também avalia. É, e também nessa fase preliminar a gente também consulta os órgãos da Secretaria. Como que agora vários pertence à Secretaria SEMIL. De infraestrutura e meio ambiente como é, por exemplo, o comitê de bacias e o da EE. A fundação Florestal também, quando tem unidade de conservação no entorno. E consultamos também. A gente conta sempre com a manifestação do município com relação à adequação ao uso e ocupação do solo e se a prefeitura também tem uma análise ambiental para contribuir e pedir para a gente é considerar na nossa avaliação, e aí então é concluindo tudo isso. E considerando equacionado um parecer é finalizado. E concluindo pela viabilidade, é como é um EIA/RIMA, ele é enviado ao CONSEMA, que vai deliberar ou não sobre o empreendimento. De forma geral é esse não seria um empreendimento tão polêmico. A maioria dos projetos o conselho nem tem advogado. E geralmente quando avoca também acaba acatando o nosso parecer e pode incluir, é algumas questões ou não. Então, é nessa fase que a gente está preliminar ainda e audiência pública pode contribuir para, nessa, para nossa análise até a emissão do nosso parecer para a licença prévia. Depois aí viria o detalhamento para licença de instalação e a licença de operação seria demonstrar que as medidas mitigadoras e o projeto foi elaborado conforme o aprovado e discutido ao longo do de todo o processo de avaliação de impacto ambiental. Bom, boa reunião para a gente, obrigada.

Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Maria Cristina Poletto, representando aqui a CETESB, vai ficar conosco até o término da audiência pública. Dito isso já feito, então essa saudação inicial, a explanação das normas para o desenvolvimento da audiência pública, gostaria, então, de passar a primeira parte dessa dos trabalhos, que é a apresentação do estudo para a qual gostaria inicialmente, de convidar aqui ao palco para fazer uso da palavra representando o empreendedor, a diretora da JHFS Patrícia Gdikian, gostaria de convidá-la, então para fazer o uso da palavra. Todos aqueles inscritos, só fazendo, passando aqui um recado e quanto ela ela vai, se colocando no lugar. As inscrições podem ser feitas juntas à mesa receptora dos trabalhos aqui do na entrada do recinto e todos aqueles que forem fazer uso da palavra. A gente convida que vem até o púlpito para se fazer serviço por todos os outros. Aqueles que tiverem problema de locomoção podem usar aquele microfone que está ali na beirada, ali do palco. Boa tarde, Patrícia, a palavra é sua.

Patricia Gdikian: Boa tarde a todos, obrigada pela presença de todo mundo aqui. Em nome da JHFS eu gostaria de agradecer a presença, para a gente é muito interessante, muito importante ter mais um desenvolvimento na cidade. A JHFS é uma empresa que tem 50 anos e há 16 anos vem investindo na cidade. Para gente, Porto Feliz tem demonstrado uma cidade que tem uma alta adesão, é tem uma capacitação de mão de obra muito interessante, que, que não é que tem totalmente sinergia com os projetos, é... o nosso público gosta muito da região, ela tem uma distância boa como São Paulo. Os nossos empreendimentos, eles têm um caráter de segunda residência, não é? E essa facilidade de São Paulo para cá acaba sendo muito positiva para a gente, não é? E para o desenvolvimento dos projetos. Especificamente o Boa Vista Estates, é um empreendimento que a gente vem desenvolvendo aí, né? Fazendo os trabalhos de Campos, né, os trabalhos que o que o corpo técnico vai apresentar daqui a pouquinho para vocês. E é uma propriedade que ela é, originalmente uma fazenda de cana de açúcar, é no qual não é, a gente sabe, tem um uso grande de agrotóxicos. Ela, ela tem ali normalmente, não é, pela pelo tipo de cultivo, é muito dano para o solo, não é? É então essa propriedade. Ela tem uma característica muito específica que ela é basicamente, ela não tem, é, vegetação nativa, então não tem supressão de vegetação, ela é basicamente só a cana de açúcar. E o projeto, né, é uma área que desenvolve em torno de 4.000.000 de metros quadrados para a segunda residência, tá? Esse é o que é. É o que a gente entende como característica principal para esse projeto. A área, em questão, ela está demarcada aqui em laranja na imagem que vocês estão vendo. É, e ela fica em frente. A rodovia Castelo Branco, aproximadamente no quilômetro 101, tá? Como referência. É... aqui é a proposta urbanística, o projeto, ele se desenvolve em 141 lotes, sendo 129 lotes de uso residencial unifamiliares e 12 lotes mistos. Sempre que a gente faz um projeto, né? Com o uso de lotes mistos, a, é o nosso principal objetivo é ter áreas esportivas, né, que complementam essas áreas residenciais? Então ele é basicamente o empreendimento, não é com características, é residenciais, é... unifamiliares, é uma característica muito específica desse projeto que é, são, é o tamanho dos lotes. Eles são lotes que eles não. Eles começam a partir de 5000 m² se não tem lotes pequenos, né, nessa nessa propriedade, na proposta de implementação. Então é, a gente tem aí, é, até como proposta é que a gente está colocando justamente ter uma alta permeabilidade, né? Desses lotes, além disso, quando a gente projeta a população, a gente projeta ao longo dos anos que a gente estima a implementação do empreendimento. E a gente estima aí, ao longo de 6 anos, a implementação do empreendimento, podendo chegar a 3.000 habitantes. Esses 3.000 habitantes que a gente é coloca aqui como estimativa, eles são. Isso... Em sua parte residentes, né? Dessa... Essa mesmo os residentes, eles acabam sendo uma população flutuante, porque ele acaba vindo mais aos finais de semana, mas também é a grande maioria de geração de empregos. Então são pessoas que trabalham nas residências ou trabalham no próprio empreendimento nessas áreas esportivas, não é? E nessas áreas recreativas do

projeto e nas respectivas, nas próprias futuras residências, que a gente vai ter no local. Então, essa é a população ao longo do período como projetado, tá? Então, aqui dá para ver, não é, o qual que é esse desenvolvimento? Todos esses lotes marcados em amarelo, são os lotes que a gente considera como esses lotes para usos de habitações unifamiliares. É, além disso, é, a gente tem uma característica do projeto, que é qual que é a taxa que aí, o que que a gente coloca de aproveitamento do empreendimento? Quando a gente faz um desenvolvimento, então, da área total 42.1% ele vai ser destinado, né? À áreas públicas, isso inclui tanto a parte do sistema viário como as áreas verdes, é IPU's, né, que são sistemas, né? De, de equipamentos públicos. É então isso que totaliza esses 42%, em sua maioria áreas verdes e o restante, aí sim, 57.9% de áreas loteadas. É, além disso, um índice que, para a gente, sempre é muito relevante quando a gente está fazendo o desenvolvimento de um projeto urbanístico, é um dado do OMS é qual que é a recomendação de área verde por habitante, área verde por habitante, pelo OMS ela segue uma regra aí o que eles recomendam são 12 m² por habitantes. Este empreendimento, ele chega a ter 270 m² por habitante, então realmente é uma área, né, essa, essa área verde, proporcionalmente ao número de habitantes, ela, ela é bem expressiva. É, além disso, a gente fez uma proposta, né, urbanística no empreendimento, que ele privilegia muito o pedestre, as circulações. Então, todo o master plan essa é uma imagem representativa, ilustrativa aqui, do que a gente tem como proposta. Mas a gente tem essas pontes, né? Como proposta ao longo do projeto, para que a, a toda a parte de de de, né, dos dos futuros moradores, eles possam caminhar ao longo, né, do que seria sido a proposta de viário principal sem ter o cruzamento com o viário que vai para os futuros bolsões residenciais. Então, uma, isso gera é, a gente está criando um parque linear, na verdade, dentro, né, dessa, dessa configuração do empreendimento. Então isso também não é buscando dar essa comunidade e também estimular, é, essas atividades ao ar livre para a população local. Aqui, mais uma imagem ilustrativa. Só que quando eu comentei ali com vocês, né, dos das áreas, é esportivas, e aí é uma das cara que é uma uma ilustração do da das nossas propostas para essas áreas. É aqui mais uma, tá? Então, só para todo mundo ficar a par que o do que a gente está, né, é projetando como proposta futura de implementação. É além disso, é como eu comentei anteriormente, a questão de permeabilidade do solo é um item muito relevante no desenvolvimento do projeto. É a Beatriz, nossa consultora vai entrar no detalhe, né, dessa parte de implementação e de como os sistemas de drenagem eles foram desenvolvidos, mas, a, a drenagem ela sempre acontece, não é com a gente chama de ordens de chuvas, então a gente sempre cria, é dentro do próprio sistema, né, de implementação urbanística, bolsões que fazem essa captação da água de chuva e que ali ajudam tanto na drenagem como, né, na manutenção da da flora local. É, além disso, o projeto também prevê corredores florestais. É corredores ecológicos, privilegiando a fauna. A ampliação, né? Com a proposta, é paisagística, que sempre né, desenvolvido aí, ao longo dos nossos projetos, elas criam um abrigo é, e, e ajudam na

alimentação, é, da fauna local, tem esse benefício do fluxo gênico, que é a dispersão de sementes pelo tipo de espécie que é sempre, né, selecionada para o, para, para, para os projetos. E todos esses aspectos, eles acabam sendo muito positivos, tanto para a flora e fauna local. É aqui, a gente é mais, né, uma visão geral do empreendimento do que a gente está propondo em termos urbanísticos. As questões técnicas vão ser detalhadas na sequência. Eu estou à disposição aí e aí, então eu vou passar o meus minutos adicionais para o nosso corpo técnico. Está bom? Obrigada. Muito obrigada.

Anselmo Guimarães: Essa foi Patrícia Gdikian, da JHFS representando aqui o empreendedor, sobraram 7 minutos. A gente transfere, então para os representantes da consultoria, eu gostaria de convidar, então aqui estão inscritos para fazer então a palavra o Décio Freire. Ele é o sócio da DFreire Consultoria Ambiental. Eu creio que vai também convidar a Beatriz Benitez Cotas, a sócia diretora da Geasa Engenharia. Então, para esse momento são 37 minutos. Muito obrigado pela presença. Palavra de vocês.

Décio Freire: Obrigado a todos. Boa noite, bom final de tarde com sol. Cristina, prazer em revê-la, Anselmo. Muito obrigado pela oportunidade, senhores e senhoras. Obrigado. Pela presença, eu represento a equipe que desenvolveu estudos de impacto ambiental. A gente tem uma tradição em desenvolver estudos, principalmente de projetos urbanísticos. A Beatriz, ela é engenheira e ela vai, partir, dividir a exposição comigo, exatamente pela peculiaridade desse projeto. Que absorve já na sua concepção medidas para mitigar impactos negativos que a urbanização gera e que, nesse caso, são pequenos, e potencializar os positivos no tocante às questões de infraestrutura, saneamento, água e drenagem. Esse projeto traz muita inovação em termos, principalmente de drenagem, merece um destaque. Por isso que a gente vai dividir a apresentação aqui numa dupla. A gente já trabalhou junto em muitos empreendimentos e é sempre uma satisfação ter profissionais, gabaritados como a equipe da, da Beatriz. Essa área que a Patrícia acabou de, de mostrar para os senhores, eu não vou repetir essa parte inicial do estudo de impacto que descreve o empreendimento, só reforçando, a gente vai provavelmente repetir isso um pouco, é, baixo a densidade são 7 habitantes por hectare. É poucos lotes, lotes de grande porte, é, e muita área verde a ser criada ia ser preservada, portanto, há no final uma transformação desse ambiente da monocultura, num ambiente com maior diversidade. Essa é a região em que o empreendimento se insere, é, mais uma vez é a predominância absoluta, da, do cultivo da cana. Em termos de zoneamento, Porto Feliz recentemente autorizou, estendeu a sua zona turística recreativa para essa área. É um empreendimento que guarda compatibilidade com a postura do município em termos de planejamento. Ele está exatamente voltado a segunda residência, atividades recreativas e esportivas. Com baixíssima densidade, é diferente de outros empreendimentos urbanísticos que a gente vê muito nos eixos, é, do estado de São Paulo que são

loteamentos com lotes de 500M e com maior densidade populacional. As áreas permeáveis desse loteamento, elas são significativas, não é? A gente tem é só de sistema de áreas verdes, 820.000 m², ou seja, 80 hectares. É uma transformação de solo significativa. Sistema de lazer também parte reflorestado. E a concepção Ela gera exatamente esse tipo de transformação que a Patrícia ressaltou e que a gente sempre aponta, porque ela é inerente ao tipo de projeto de concepção que o empreendedor desenvolveu, é, para isso que, já no nascedouro do projeto, ele vem com essa gama de, de oportunidades ambientais significativas. Né, o desenho do projeto, é esse, não é o que foi exposto pela Patrícia. Esse é o quadro de áreas que consta do estudo de impacto ambiental. A Cristina, é, bem, falou a equipe técnica da CETESB está analisando. Às vezes alguns ajustes, mas em linhas gerais são é essas os números que estão colocados para o licenciamento do loteamento. Os aspectos ambientais a gente destaca sempre que a escolha da área é uma escolha feliz, sob o ponto de vista de oportunidade, seja ela logística, econômica, mas ambiental, ou seja, na hora que você seleciona um, um, uma gleba como essa, com baixa diversidade, com problemas de solo, com estressada pela monocultura da cana e você se proponha uma ocupação urbana ordenada que vai mudar esse ambiente em termos do seu, é, do seu aspecto biológico, é uma, é um, é um fator relevante e que e que deve ser realçado, né? Só para a gente vai ter uma figura mais à frente, mas hoje os fragmentos de vegetação que estão no terreno eles são menos de 2% da área do do empreendimento e basicamente é uma vegetação, é, muito pouco conservada em estágio inicial e associada aos dois córregos que que tem o Capim fino e o Faxinal. É, em termos ambientais da da, da inserção do empreendimento. Não há unidade de conservação nas suas proximidades. A APA da AVECUA que abastece o município que a área de proteção aos mananciais de Porto Feliz, não, não, está, na, não, não há não, não está inserida nessa nessa APA não há unidade de conservação. Próxima flor na Floresta nacional de Ipanema, tá longe a zona de amortecimento também não, não tangencia. É, foram feitos 3 estudos de alternativa, que é uma das exigências que no manual da CETESB, determina para a concepção urbanística. Mas todos eles trabalhando com terreno muito favorável, como a gente vai ver à frente, e buscando mitigar ao máximo possível geração de taludes, movimentação de terra, deixando o projeto cada vez mais orgânico encaixado na paisagem. É assim a reflexo dessa, desses exercícios, você tem uma terraplanagem muito baixa, de apenas 162.000 m², que vai ser movimentado. Não haverá importação nem exportação de solo e esse esse material vai ser espalhado para acertos de quadras e de e de topográfico, né. A geração, então a população estimada é de 3.000, né, habitantes, e... É, os empregos são da faixa de 240 durante a obra, porque é uma obra relativamente simples e de fácil execução. Porém, na na fase de operação você tem uma geração de empregos indiretos mais significativos. A Beatriz agora assume para falar da parte de de concepção dos projetos que estão associados à urbanização e que, como eu disse, é, trarão ganhos

ambientais que já estão como compromissos do próprio estudo apresentado à CETESB.

Beatriz Codas: Boa tarde a todos. É sempre um prazer apresentar esses projetos. É muito bom trabalhar com empreendedores, né, que tem esse, esse valor, né? Que, principalmente essa questão da, da água, né? Que a gente sabe que é um dos nossos desafios aí, principalmente focados agora em mudanças climáticas. Então esse empreendimento, ele preza pela infraestrutura de qualidade, né, que também faz parte, né? Do, do conceito do projeto e do do produto, mas com essa preocupação, né, em todos os aspectos. Então, desde o sistema de abastecimento de água, mesmo sendo a população, né, não, tão, não tanta gente, né? Poucas pessoas, principalmente em segunda residência, mas teve um estudo bem completo. A gente já apresentou no comitê de bacia, né? O estudo então a gente vai usar 2 poços, é um centro de reservação para esgoto a gente tem a rede coletora, algumas elevatórias e uma estação de tratamento, o sistema terciário, que volta essa água para o Rio, né. com qualidade, similar ao próprio corpo, é corpo, é para o corpo receptor e depois a gente tem esse sistema de drenagem, que hoje no Brasil já está se tornando uma tendência que esse conceito de infraestrutura verde. Então, a gente aproveitar a drenagem como uma fonte de recurso, não simplesmente levá-la, embora rapidamente criando as enchentes como a gente tem feito das nossas cidades. Então, como a gente comentou, a gente já passou pelo comitê de bacia. É sempre uma exigência deles a gente fazer esse estudo de um impacto do, se, do, da, do subsolo, né? Esse Balanço hídrico do Aquífero, a gente está no começo, né, do, da bacia, mas a gente tem um Aquífero, a gente fez vários ensaios geofísicos. esse balanço hídrico e a gente tem uma vazão disponível de captação de 500 m³/hora e a gente só vai usar 26, não é? Então a gente está com bastante folga, é uma preocupação do empreendedor também ter água de qualidade. Ah, uma coisa importante, a gente está distante, né, da, da, do núcleo urbano do município, então nosso sistema é totalmente de centralizado, então é todo o projeto é feito com sai, né? Com a concessionária, com a prefeitura, mas um sistema que está totalmente é descentralizado. Então a gente capta água no terreno, trata e devolve nesse ciclo fechado, então a gente consegue minimizar muitos impactos e não transferir nenhuma bacia hidrográfica. Então, para o sistema de abastecimento a gente tem também uma reservação caprichada, né, que a gente sabe que essas questões, né, de secas hídricas, então a gente tem um reservatório para atender essa população com quase um dia de reserva. O sistema de esgoto, a gente tem alguns pontos baixos, então a gente interliga através de algumas elevatórias de esgoto, até um sistema de tratamento terciário, um sistema de lodo ativado, devolvendo para esse curso, né, para esse mesmo Rio, então a gente consegue ficar na mesma bacia, transformando quase um círculo fechado. A questão da drenagem, né, a gente faz esse estudo para 100 anos, que é uma, né, uma exigência do, do, do licenciamento, não é? Mas a gente também se preocupa muito exatamente para saber qual são as cotas de

cheia desses rios para que além da PP, a gente não tenha nenhum perigo de nenhum lote, ter qualquer questão esteja acima da cota de inundação. Aqui, como a gente falou, está bem no começo da bacia, então a gente não tem grandes desafios aqui de de cheias, né? Então a gente fez toda a modelagem, todos os rios, todas as cotas e cenários, até alguns cenários de mudanças climáticas, não é? Para pensar o que pode acontecer, que a gente sabe que choveu muito aqui nessa última chuva. Mas então o empreendimento está totalmente acima da cota de inundação, com total segurança para as moradias. E aí a gente vem é mesmo que quando a gente ocupa o empreendimento, seguindo todos os padrões exigidos pela legislação, a gente tem um impacto ainda no ciclo hidrológico. Então, hoje é uma tendência esse estudo de impacto zero já é uma exigência, é da própria Cetesb que a gente amortecesse impacto, então ele é todo amortecido dentro do empreendimento. Então essa vazão de pré que era 40, ao ocupar, mesmo com essa baixa ocupação, a gente passa para 75, mas essa diferença de vazão a gente vai segurar dentro do próprio empreendimento. Mesmo até usando isso como recarga de Aquífero para garantir que esses postos também tenham vida longa. Além da enchente, que é uma já é uma exigência, existem outras questões que a recarga de Aquífero que essa infiltração, uma questão era permeável. Outra coisa a gente garantir que essa área permeável realmente infiltre. Então, por isso que a Patrícia comentou, né? Do jardins de chuva que eles são os jardins que são feitos especialmente para a gente conseguir essa recarga. E outra questão muito importante é a poluição difusa. Quando a gente usa essas sistema de infraestrutura verde, a gente filtra água antes dela chegar no Rio. Que é um também um valor do empreendimento. A gente tem 2 cursos da água, não é muito bonito em volta, que a gente quer preservar e quer qualidade. Mesmo sem jogar o esgoto, às vezes a água da chuva, ela pode levar sujeira, então a gente faz toda essa filtragem antes de chegar no Rio. Então a proposta é essa. Muitas vezes um simples Jardim é... ele não tem todas as funções ecológicas que ele pode ter, então a gente sempre comenta o qual que é a diferença de um Jardim para um Jardim de chuva que o Jardim de chuva ele cumpre a função ecológica, ele não é simplesmente uma grama compactada, né? Ele tem uma base filtrante e aí ele tem plantas escolhidas, é, apropriadamente para que esse solo continue sendo infiltrante. Muitas vezes a gente compactua tanto, coloca a vegetação que ele acaba perdendo essa permeabilidade e um único Jardim ele segura essa água, ele amortecer, ele infiltra essa sujeira que vem na rua é fonte de alimento para essas plantas que conseguem fazer essa fitorremediação e ele faz, essa, é, aumento da biodiversidade, que são plantas nativas escolhidas, né, para esse tipo de local. Então a gente tem todo esses ganhos apenas com Jardim. Que, é, mais é muito próximo que a gente já faz, só que com esse conceito não é com essa utilização, então no empreendimento a gente usou várias técnicas, desde a dos lotes até os caminhos da água, né? Então, essas calçadas gramadas, elas tem toda essa função de da que a água passe por elas. Então a gente fala que são jardins auto irrigáveis, não é? Então, a própria chuva faz essa função de

irrigar, é, infiltrar e vai para o transpirar e só no fim que ele chega no rio, né? Então, ele, com isso, a gente realmente consegue minimizar esse impacto. Então aqui a gente cria também critérios como os lotes são muito grandes, cada lote também tem o seu sistema de Jardim de chuva, onde ele vai segurar já a sua drenagem, para que quando chegar na rua, na rede pública também já chegue amortecido. Depois ele passa por esses canteiros pluviais, que são essas ruas. Não é? Essas essas faixas nas ruas e depois a gente vai para as bacias de infiltração. Essas bacias muitas vezes elas são usadas um mês por ano, então. Também esse trabalho paisagístico é muito importante para que não fiquem reservatório os feios, não é? Então a gente usa eles com bastante vegetação. Esse paisagismo, que é um diferencial também desse produto. Então na época de enchente, ela cheia e no resto do ano ele fica um Jardim. E aí a gente aproveita também todas as outras, é, espaços do empreendimento para com áreas de infiltração, as rotatórias nas esquinas, então a ciclovias. Então aonde a gente tem, a gente consegue utilizar. E no total, quando a gente soma todas essas áreas, a gente consegue esse impacto zero, tanto no amortecimento, que já é uma exigência, quanto na infiltração e na poluição difusa. Então esse conceito que já está não é sendo é usado no Brasil, mas fora do Brasil já é um consenso e já está muito mais adiantado, a gente já tem implementado, então em breve vão ter vários projetos com esse tipo de de impacto zero. E essa última questão é a importância da fitorremediação, né, que a gente acha que é pouco, mas a planta tem uma capacidade enorme. Não é difícil remediar, então esse é um diferencial desse jardins. Acho que só isso.

Décio Freire: Então, na sequência, rapidamente a gente vai expor o que o estudo analisou obrigação legal e tá no manual da CETESB. Nós estudamos 3 áreas de influência, a primeira delas e a área de influência indireta, onde os impactos do empreendimento ele são, ou de minutos ou um pouco significativos e guarda uma relação pequena com o que vai se fazer no terreno, né? Então, no caso do meio socioeconômico, foi usado o município de Porto Feliz, no meio biótico e físico, foram as bacias hidrográficas que, que estão próximos do empreendimento que é a área verde e a área branca é exatamente o que a gente vai falar na sequência, que é a ADA, a área diretamente afetada, aquela que vai ser ocupada pelo empreendimento, não é? É a área de influência direta que é aquela imediatamente próxima, que seria o entorno do, do projeto pretendido no meio biótico, a gente considerou as mesmas sub bacias, né? Principalmente pela questão, como a Beatriz explicou, de drenagem, a própria passagem de fauna, que se dá muito pelos córregos, né? E para o meio socioeconômico, foram escolhidas vias de rurais, não é? E e vias de ligação que perfazem o entorno do empreendimento que pode haver alguma relação com a ocupação Futura. A ADA, área diretamente afetada como a, a Patrícia falou e a e a gente reforça muito no estudo. É essa a fisionomia que você tem, não importa muito o local que você vá no terreno, a foto não vai variar muito. Nós vamos ver na sequência, se tem uma topografia muito leve, muito suave, predomínio absoluto da

monocultura da cana de açúcar, né, em qualquer ponto, você tem mais ou menos o mesmo visual, com pouquíssimos remanescentes florestais. Aonde estão esses remanescentes? Eles estão nessas APPs aqui e aqui. Que são córregos que estão sob efeito antrópico da cultura da cana, eles não têm mata ciliar, ainda vão ter, obviamente, vai encorpar essas matas as APPs vão ter que ser restauradas e ampliadas, e eles fazem os limites do empreendimento. Dentro do empreendimento, não há recurso hídrico, né, e são baixíssimas, como eu falei anteriormente, a formação Florestal, ela é em estágio, é, inicial, não é? Que é, é... Considerada uma formação ainda pouco significativa em termos ecológicos ambientais, o que vai acontecer com essa cobertura vegetal? O projeto em si, ele vai afetar menos de 0,02% dessa cobertura vegetal, ou seja, vão ser somente 780 e poucos metros quadrados de mata que vão se inicial, que vão ser suprimidas para a passagem de infraestrutura, água, esgoto, que obrigatoriamente tem que percorrer essas áreas. Foram estudadas várias áreas, desviado aonde poderia, mas é esse efeito, é mínimo, ele é praticamente inexistente. Indivíduos arbóreos que são passíveis de corte, somente uma árvore, obviamente pela pobreza ambiental do terreno e pelo fato de que o projeto ele, ele ocupa efetivamente todas as áreas de de cana, né? Em compensação a em função desse tipo de intervenção e pela existência de obrigações legais, como a permeabilidade, a questão de criação de de áreas verdes etc. O projeto vai gerar uma floresta significativa de 72 hectares. Vai formar corredores ecológicos, vai mudar o bioma dessa região, ou seja, a as vegetações, as, os plantios que serão feitos serão plantios de espécies nativas a partir da lista definida pela, pela, pela CETESB. Pela Secretaria, pela SIMA. E com diversidade, espaçamentos adequados, o que vai gerar uma possibilidade de atração de fauna, aumento do fluxo gênico, além do aspecto paisagístico e visual que vai alterar significativamente essa paisagem. Essas são as áreas destinadas aos plantios, né? Ao longo das APPs para fortalecer esse conceito de corredores, né? E a gente sempre reforça que esse é o plantio que é o, vamos dizer assim, o cenário conservador, como a Patrícia falou, e a própria Beatriz, os lotes vão ter os seus. jardins internos, a sua vegetação é tanto para abater, aumentar a infiltração, como pela questão paisagística em si mesmo, né? A avifauna, desculpa, a campanha de fauna. Obrigatoriamente, foram feitas 2 campanhas, uma época seca, uma época chuvosa, não foram encontrados nenhum tipo de espécie ou de ou de animal que mereça atenção. Não poderia ser diferente a uma região muito pobre em termos de fauna, né, a parte de mamíferos, praticamente são animais comuns. Além de cachorros domésticos, é, mão pelada, tatu etc. E na avifauna, tem alguma espécie que é que me gratifica transitando, mas não há nidificação na área, não há pousio de aves, área não tem atrativo efetivamente para a fauna, né? Mesma coisa, herpetofauna, né, que são os répteis etc. Nada a destacar. Mesmo assim, com toda essa pobreza, entre aspas, de fauna, haverá uma melhoria no ambiente. Haverá uma obra que terá ser conduzida com cuidados. A JHSF ia, se, tem métodos para implantar obra que, que dizem respeito a cuidados com os

empregados, com os maquinários, com relação à presença de eventual animal na obra a um segregamento e durante a operação do empreendimento, haverá passagem de fauna úmida e seca sobre as, os cursos da águas para garantir que o que os animais futuros, que venham habitar essa região, já que ela vai passar a ter mais atrativo, eles consigam transitar com mais com mais a adequabilidade, né? Obviamente, essas ações são transformadas em programas de educação ambiental. A gente vai falar um pouquinho rapidamente deles. O diagnóstico do meio físico, a Beatriz explicou, esse projeto já passou pela, pela, pelo comitê de bacia. Nós tivemos uma reunião técnica muito interessante, já teve o parecer do comitê, e ele conta com a com os aspectos que a Beatriz mencionou, a captação superfície, é, desculpa, de, de lençol e que isso tudo foi analisado em termos de disponibilidade hídrica. Não é? Não haverá captação superficial, como foi mencionado, não há registro de inundação na área. Não há nenhum tipo de, é, restrição à ocupação urbana, ao contrário, a ocupação ela se dará num terreno sob ponto de vista geológico, de baixa suscetibilidade à erosão. Então, terreno suave com o solo adequado. Quase que 95 por- 93% da ocupação se dá nessa área. E com relação à Lei Lehmann e as demais leis que regulamentam a questão de ocupação urbana, as declividades são muito baixas, nós vamos ver agora na sequência e a área não foi usada, não foi utilizada, nunca teve nenhum registro de depósito de resíduos. Essa é a feição, a fisionomia da, da área, onde se evidencia claramente, né, em, em verde claro, as áreas que são praticamente planas de zero a 6% de declividade, as áreas verdes, ainda consideradas adequadas, elas, elas vão de 6 a 15%. Ou seja, praticamente é um terreno, vamos dizer assim, é muito adequado para esse tipo de concepção, ainda mais considerando a baixa densidade e, o, e o porte dos lotes. O uso do solo na ID foi estudada ao redor. Ele, ele repete um pouco que nós temos ali. Não há comunidades tradicionais, não há sítios, arqueol-arqueológico dentro da área, não há população residente. Transporte público foi feito um estudo específico, por uma empresa especializada, a mobilidade, a geração de viagens desse empreendimento é uma geração baixa, além de ser sazonal, é, um são residências, segunda residências, a densidade é baixa. O número de entradas e saídas ele é pequeno, foram estudadas as vias estruturadoras, que atenderiam o empreendimento e ao que hoje operam em níveis de serviço adequados e devem manter. Assim, esse estudo faz parte do EIA e é um dos um de um dos anexos. Todo, EIA, todo estudo, ele lista os impactos. A gente coloca aqui como exemplo, embora a gente saiba que a maioria desses impactos, por exemplo, a alteração dos níveis de ruído durante a obra, vai ter máquina, caminhão, vai ter movimentação de, de, de veículos. É nível de material de suspensão, poeira, etc. Isso vão ser muito pequenos, porque não há presença de comunidade. A área isolada, mas eles têm que ser analisados e merecem para, para cada um desses impactos, a adoção de medidas. Essas medidas são definidas pelos técnicos, por exemplo, aumento da poeira é você passar com o caminhão com uma certa regularidade, molhando as vias etc, ter algum tipo de medidor de material particulado em alguns pontos

estratégicos. Isso é feito, é, uma lista dessas medidas para cada um desses impactos e transformadas em programas ambientais. Isso fica dentro do EIA/RIMA, é, é analisado pela CETESB, vira naquilo que a CETESB achar pertinente, uma obrigação para a fase de obra e mesma coisa para a fase de operação. Finalmente o EIA tem 2 capítulos que a gente reputa como os mais é significativos, não diria mais os os que dão a conclusão e que embasaram o que foi feito, que é o primeiro: é um prognóstico. O que que você imagina, o que que os técnicos imaginam que essa área começ- será em função do que tem hoje. Então a gente sempre considera se ela tem ou não uma vocação para esse tipo de ocupação. Obviamente ela tem. Ela está compatível com os ornamento da cidade, ela tem características que permitem essa ocupação e ela vai, vamos dizer assim, ir ao encontro do tipo de, de, de proposta que a cidade quer para essas regiões e que estão tradicionalmente por décadas e décadas sob domínio da monocultura da cana. Gerará empregos, gerará recursos, gerar impostos, o que é benefício, que é um benefício natural para este tipo de ocupação de ocupação. Comparado com o cenário atual, ele é significativo. Esse projeto, assim como a Beatriz mencionou, dos ganhos de drenagem a parte Florestal dele é fundamental. Haverá um ganho significativo, sim, importante, de que é o reflorestamento das APPs ou o aumento das áreas florestadas, né? Isso tudo conclui, naturalmente, pela viabilidade do do do empreendimento, respeitadas as propostas que foram definidas pela empreendedora, as medidas da equipe. Portanto, a indicação de quem analisou o estudo de quem elaborou o estudo, é, de que o projeto tenha viabilidade e essa posição final do estudo eu agradeço a oportunidade mais uma vez e nos colocamos à disposição.

Anselmo Guimarães: Muito obrigado ao Décio Freire da DFreire Consultoria Ambiental. Também gostaria de agradecer também a participação da Beatriz Benítez Codas, muito obrigado, da Geasa Engenharia. Estou sendo informado aqui que nós não temos nenhuma inscrição para fazer o uso da palavra aqui nessa audiência pública, temos ainda alguns minutos. Aí eu convido alguém gostaria de se manifestar neste momento, se não houver, eu vou então dispensar os comentários, já que eles acabaram de fazer a manifestação. Alguém gostaria? Então eu vou passar a palavra aqui para a Cristina Poletto para fazer as considerações finais dela.

Cristina Poletto: Bem, é... Agradecemos a apresentação e vamos continuar com a nossa análise e caminhar para assim que todas as informações solicitadas no âmbito do processo tiverem adequadas, a gente vai trabalhar com a finalização do parecer e concluindo pela viabilidade encaminhar o CONSEMA para posterior emissão da licença prévia. Obrigada a todos.

Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Cristina Poletto pela participação e agradeço a todos aqui presentes, vieram aqui. A audiência pública cumpriu também o seu objetivo de levar ao conhecimento da população as informações

sobre esse empreendimento. Temos ainda o prazo de 5 dias úteis para encaminhamento de sugestões, contribuições, críticas, fiquem à vontade, podem encaminhar para esse e-mail que está aí na tela. Dito isso, todas as etapas, tendo sido devidamente cumpridas da audiência pública. Nos resta agradecer a toda a população de Porto Feliz, não só por essa, mas pela audiência pública anterior também, estivemos há 15 dias atrás aqui. E agradecer a todas as autoridades, consultores, cidadãos. E declarar, portanto, encerrados os trabalhos e desejar a todos vocês uma ótima noite. Muito obrigado.

(FIM DO ÁUDIO)